



DELIBERAÇÃO N° 01/2025 - PPGCC/UFSM

Estabelece as normas gerais e os critérios de concessão e manutenção de bolsas em nível de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar a distribuição de Bolsas para os discentes do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, a partir de 01.03.2025,

RESOLVE

estabelecer as normas gerais e os critérios de concessão e manutenção de bolsas em nível de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC), conforme segue:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Das Bolsas

Art. 1º. A implementação das bolsas no PPGCC será realizada de acordo com a disponibilidade de cotas recebidas pelo Programa das agências de fomento.

§ 1º. A concessão de bolsas obedecerá à lista de classificação resultante do Processo de Seleção de Bolsistas, conforme edital específico a este fim, organizado pela Comissão de Bolsas do PPGCC, e homologado pelo Colegiado do Programa.

Seção II

Da Comissão de Bolsas

Art. 2º. A Deliberação nº 01/2025 - PPGCC/UFSM é o documento legal que estabelece as regras para a composição da Comissão de Bolsas e suas respectivas atribuições.

§ 1º. A Comissão de Bolsas será composta por, pelo menos, três membros, dentre os quais o Coordenador do PPGCC, um ou mais representantes do Corpo Docente indicado(s) pelo Colegiado do Programa e um ou mais representante(s) do Corpo Discente, sendo este(s) último(s) escolhido(s) por seus pares, respeitando os seguintes requisitos:

I - O(s) representante(s) docente(s) deverá(ão) fazer parte do quadro permanente de docentes do Programa; e,
II - O(s) representante(s) discente(s) deverá(ão) estar matriculado(s) no Programa há, pelo menos, um ano, como discente regular.

§ 2º. São atribuições da Comissão de Bolsas:

I - Propor os critérios para concessão, manutenção e o cancelamento de bolsas, a serem homologados pelo Colegiado do Programa;

II - Divulgar com antecedência, junto ao Corpo Docente e Discente, os critérios vigentes para concessão, manutenção e o cancelamento de bolsas; e,

III - Avaliar o desempenho acadêmico dos bolsistas e propor a concessão, manutenção ou o cancelamento de bolsas, baseando-se nos critérios estabelecidos de acordo com o inciso I.

§ 3º. A Comissão de Bolsas se reunirá, sempre que necessário, sendo obrigatória a convocação de, no mínimo, duas (2) reuniões semestrais, e, ao final de cada semestre letivo, encaminhará relatório de suas decisões para apreciação pelo Colegiado do Programa.

§ 4º. Das decisões da Comissão de Bolsas cabe recurso ao Colegiado do Programa.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I

Da Candidatura a Bolsa

Art. 3º. A formalização de candidatura à concessão de bolsa de estudos será realizada por meio de edital específico a ser divulgado pelo PPGCC a este fim.

§ 1º. Os documentos necessários a formalização do pedido de inscrição por parte do candidato, serão estabelecidos em edital específico, sendo que o não envio de qualquer documento solicitado implicará na desclassificação do candidato do processo de seleção.

§ 2º. A seleção realizada terá validade de 12 (doze) meses, período pelo qual os aprovados, não contemplados com cota de bolsa de estudos, poderão vir a ser indicados, conforme disponibilidade de bolsas.

§ 3º. Após este prazo (doze meses), um novo processo de seleção deverá ser realizado para a indicação de novos bolsistas.

§ 4º. Os candidatos serão chamados conforme classificação geral do edital de seleção e a disponibilidade de cota de bolsa de estudos no período vigente.

§ 5º. Ao inscrever-se para o Processo Seletivo, o candidato assume ter pleno conhecimento dos critérios e das disposições legais estabelecidas no Edital de Seleção, Regimento Geral da Pós-graduação da UFSM, Regulamento Interno do PPGCC, Atos Normativos e Deliberativos relacionados e demais legislações aplicáveis das agências de fomento.

Seção II

Dos Requisitos Obrigatórios para a Concessão de Bolsa

Art. 4º. São requisitos obrigatórios exigidos do pós-graduando para concessão de bolsa de estudos:

I - Ser aluno regularmente matriculado, com vínculo ativo, no Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, em período regular de curso (prazo máximo de até 24 meses, sem prorrogação);

II - Ter currículo atualizado na Plataforma Lattes;

III - Ser brasileiro, ou estrangeiro com visto permanente no Brasil;

IV - Dedicar-se integralmente (40 h/semanais) às atividades acadêmicas e de pesquisa exigidas pelo PPGCC;

V - Cumprir com as obrigações de estágio de docência orientada de acordo com o Regulamento Interno do Programa e da agência que fomenta a bolsa;

VI - Comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante as normas definidas pelo PPGCC em edital específico destinado a seleção de bolsistas, sem reprovação em disciplinas já cursadas;

VII - Não ter pendências de qualquer natureza com a CAPES, CNPq, ou outras agências de fomento à pesquisa;

VIII - Não possuir bolsa de agências de fomento ou ente externo a UFSM;

IX - Não acumular a percepção da bolsa concedida com a de outro programa da CAPES, do CNPq, da FAPERGS, ou com outra proveniente de recursos públicos;

X - Residir na cidade de Santa Maria/RS durante o período de concessão da bolsa (mediante entrega de comprovante de residência - água, luz ou contrato de aluguel - em nome do candidato ou mediante declaração do titular do comprovante de residência);

XI - Não possuir vínculo empregatício, exceto no caso que tenha seu afastamento formalmente autorizado pela instituição de vínculo, sem o recebimento de qualquer remuneração (afastamento integral não remunerado, comprovado mediante documento emitido pelo empregador, com firma reconhecida em cartório);

XII - Não ser aposentado ou estar em situação equiparada;

XIII - Comprovar titularidade de conta corrente no Banco indicado pela agência de fomento como unidade para o pagamento da bolsa;

XIV - Preencher a documentação obrigatória informada no edital de seleção e entregar, por meio de envio digitalizado, via o e-mail ppgcontabeis@uol.com.br;

XV - Ser classificado no processo seletivo especialmente instaurado pelo PPGCC para a concessão de bolsa de estudos, atendendo a todos os critérios estabelecidos neste Ato Deliberativo e em edital específico que regula o referido processo de seleção; e,

XVI - Assinar o Termo de Compromisso de Bolsa e entregar a agência que fomenta a bolsa, conforme a regulamentação do programa oficial de bolsas a que o mestrando foi contemplado.

§ 1º. Ao bolsista será vedado o acúmulo de bolsas. Por deliberação do Colegiado do Programa e da Comissão de Bolsas, também será vedado o acúmulo de outros proventos, inclusive aqueles oriundos de contrato de professor substituto ou contrato de professor temporário em esfera de ensino municipal, estadual e/ou federal.

§ 2º. É vedada a participação no processo de bolsas de alunos servidores da UFSM.

§ 3º. Ao ser indicado para o recebimento de bolsa, o aluno declara estar ciente das normas e requisitos indicados pela agência financiadora que regulamenta a concessão e implementação de bolsas, de acordo com a modalidade contemplada, bem como as demais disposições legais estabelecidas no Edital de Seleção, Regimento Geral da Pós-graduação da UFSM, Regulamento Interno do PPGCC, Atos Normativos e Deliberativos relacionados e demais legislações aplicáveis das agências de fomento.

§ 4º. A inobservância por parte do bolsista aos requisitos deste Ato Deliberativo em qualquer momento durante o período de vigência da bolsa acarretará a imediata interrupção dos repasses, bem como a obrigação de restituição à CAPES dos recursos aplicados irregularmente.

Seção III

Dos Critérios de Avaliação para Concessão de Bolsas

Art. 5º. São critérios de avaliação para seleção de candidato(s) a bolsa(s) de estudos, adotados pelo PPGCC:

I - Pontuação Geral no Teste ANPAD (NTA): Peso 2,00 pontos

II - Pontuação Geral na avaliação do “Curriculum Vitae”, modelo Lattes (NCV): Peso 8,00 pontos

§ 1º. Os candidatos inscritos e aprovados em processo de seleção específico realizado para o recebimento de bolsa de estudos serão classificados de acordo com a pontuação total obtida, sendo ranqueados em ordem decrescente de nota (da maior nota: 1º colocado, para a menor nota: último colocado).

§ 2º. Serão contemplados e receberão bolsa de estudos os candidatos melhor classificados, considerando o número de bolsas disponíveis, até que se esgotem as cotas de bolsas disponíveis.

§ 3º. O PPGCC poderá reservar, no mínimo, 1 (uma) cota de bolsa de mestrado para participação em editais exclusivos para alunos estrangeiros.

Seção IV

Do Cômputo das Notas na Avaliação e Divulgação dos Resultados

Art. 6º. O cômputo das notas estabelecidas para a avaliação dos critérios de seleção, ocorrerá da seguinte forma:

§ 1º. Nota do Teste ANPAD (NTA):

I - A nota do Teste ANPAD (NTA) será obtida pelo candidato, informada no seu comprovante de desempenho, como “pontuação geral”;

II - O candidato que não realizou o Teste ANPAD no período estabelecido em Edital Específico, poderá participar do processo de seleção, devendo apresentar Declaração de não realização do referido Teste no período indicado, e terá a avaliação zerada neste critério de seleção (NTA);

III - A nota do Teste ANPAD (NTA) será convertida de 0 (zero) a 10 (dez). Nesta conversão será atribuída a nota 10 (dez) ao candidato com maior nota no Teste ANPAD, entre todos os candidatos inscritos no processo seletivo. Para os demais candidatos inscritos, aplica-se uma regra de três simples para atribuição da nota no teste ANPAD (NTA); e,

IV - A nota do Teste ANPAD (NTA) será divulgada em planilha única, contemplando a nota de todos os candidatos inscritos no processo de seleção de bolsista(s) e assinada por todos os integrantes da Comissão de Seleção.

§ 2º. Nota do Curriculum Vitae, modelo Lattes (NCV):

I - A nota do Curriculum Vitae, modelo Lattes (NCV), deverá ser informada pelo candidato, considerando os critérios estabelecidos no Anexo I deste Ato Deliberativo, e contemplará a Produção Científica do candidato, referente ao período estabelecido em Edital Específico, conforme a classificação do Qualis adotada na área de

Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo para o período informado no Edital, devendo ser comprovada;

I.1 A Tabela de Pontuação (Anexo I deste Ato Deliberativo) a ser utilizada para a definição da nota do Curriculum Vitae, modelo Lattes (NCV), deverá ser identificada com o nome completo do candidato, a linha de pesquisa à qual está vinculado e incluir sua assinatura.

I.2 A entrega em branco da Tabela de Pontuação de “Curriculum Vitae” (modelo Lattes CNPq) (Anexo I deste Ato Deliberativo) implicará no zeramento desta avaliação, e a não entrega deste documento implicará na não homologação de sua inscrição.

I.3 A Comissão de Seleção não realizará preenchimento de pontuação não informada pelo candidato, apenas efetuará a validação ou não da pontuação informada, de acordo com a documentação comprobatória apresentada pelo candidato no ato de sua inscrição.

I.4 É de responsabilidade do candidato a comprovação adequada de todos os itens informados pelo mesmo no Anexo I deste Ato Deliberativo, em que o candidato solicita a homologação de sua pontuação;

I.5 O candidato deverá comprovar apenas a produção científica informada no Anexo I deste Ato Deliberativo, sendo recomendado ao candidato que apresente apenas os documentos que comprovem a pontuação informada, preferencialmente na ordem de apresentação dos critérios de avaliação;

I.6 Documentos ilegíveis ou sem a identificação do nome do candidato e emissor (que permitam a comprovação da atividade declarada e a verificação da autenticidade do documento), não são válidos para tal comprovação; e,

I.7 Informações incompletas ou inconsistentes também não serão avaliadas pela Comissão de Seleção.

I.8 A veracidade das informações fornecidas é de responsabilidade do candidato.

II - A nota do Curriculum Vitae (NCV) será convertida de 0 (zero) a 10 (dez). Nesta conversão será atribuída a nota 10 (dez) ao candidato com maior nota total no Curriculum Vitae, entre todos os candidatos inscritos no processo seletivo. Para os demais candidatos inscritos, aplica-se uma regra de três simples para atribuição da nota no Curriculum Vitae (NCV).

III - A nota do Currículo Vitae (NCV) será divulgada em planilha única, contemplando a nota de todos os candidatos inscritos no processo de seleção de Bolsista(s) e assinada por todos integrantes da Comissão de Seleção.

Seção V

Da Classificação Final e Critérios de Desempenho

Art. 7º. Para classificação final do(s) candidato(s) à bolsa(s), será(ão) aplicado(s) os pesos às notas obtidas pelo candidato em cada critério de seleção: Nota do Teste ANPAD (NTA) e Nota do Curriculum Vitae (NCV).

§ 1º. Assim, a Nota Geral (NG) do candidato será calculada com base na seguinte equação:

$$NG = \frac{[(NTA \times 2,0) + (NCV \times 8,0)]}{10}$$

§ 2º. Não há definição de Nota Geral (NG) mínima para classificação do(s) candidato(s). Os candidatos inscritos no processo de seleção de bolsista(s) serão ranqueados em ordem decrescente de nota (da maior nota: 1º colocado, para a menor nota: último colocado).

§ 3º. Em caso de empate, será escolhido o candidato com melhor desempenho na análise do “Curriculum Vitae”.

§ 4º. Mantendo-se o empate, escolher-se-á o candidato com maior número de pontuação obtida a partir da soma de artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis A1, A2, A3 ou A4 na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

§ 5º. Mantendo-se o empate, escolher-se-á o candidato mais idoso.

§ 6º. Os critérios para seleção de bolsistas estarão sujeitos a alterações conforme documentos de área da CAPES e as condições das políticas de financiamento das agências de fomento.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO BOLSISTA

Seção I

Das Atribuições para Manutenção da Bolsa e Permanência do Acadêmico na Condição de Bolsista

Art. 8º. Todas as atribuições definidas neste Ato Deliberativo são requisitos para a manutenção da bolsa e permanência do acadêmico na condição de bolsista.

Art. 9º. Os acadêmicos bolsistas, independentemente do tempo pelo qual usufruíram da bolsa, deverão concluir o Curso no qual estão matriculados até o prazo máximo estipulado no Regulamento Interno do PPGCC.

§ 1º O prazo máximo estipulado no Regulamento do PPGCC, sem prorrogação, é 24 (vinte e quatro) meses para a conclusão do curso de Mestrado em Ciências Contábeis.

I - Os acadêmicos bolsistas deverão qualificar o Projeto de Dissertação no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a contar de sua matrícula no Curso, já tendo obtido aprovação na suficiência em língua estrangeira;

II - Os acadêmicos bolsistas do Curso de Mestrado deverão abrir processo de defesa final da dissertação no prazo de até 23 (vinte e três) meses do seu ingresso, para que a defesa final se realize nos 24 (vinte e quatro) meses previstos para a conclusão do Curso;

Art. 10º. Os acadêmicos bolsistas deverão participar de atividades a serem informadas em Relatório Trimestral e Anual, conforme às disposições deste Ato Deliberativo, tais como:

I - Atividades promovidas no Grupo de Pesquisa do seu Orientador (obrigatório);

II - Projeto(s) de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão do seu Orientador (obrigatório);

III - Coorientação de acadêmicos da graduação e/ou da Pós-graduação lato-sensu, se necessário e permitido pela unidade didática de lotação do curso/disciplina (opcional);

IV - Produção de material teórico e prático, materiais didáticos e outros materiais utilizados na Docência Orientada (obrigatório);

V - Produção individual do bolsista de ao menos dois artigos científicos vinculados a bolsa recebida, com a participação do Orientador e Docente(s) do Programa (obrigatório), sendo obrigatoriamente ao menos um artigo elaborado no primeiro semestre letivo e o outro artigo elaborado até o final do segundo semestre letivo, a serem submetidos a eventos e/ou periódicos listados no Qualis da CAPES, em estratos “A”;

VI - Submissão e apresentação de ao menos um dos artigos científicos produzidos e vinculados a bolsa recebida, com a participação do Orientador e Docente(s) do Programa, em evento científico da área (obrigatório);

VII - Submissão dos artigos científicos produzidos e vinculados a bolsa recebida, a periódico listado no Qualis CAPES, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, em estratos “A1 a A4” ou equivalente, em consonância com os documentos orientadores do Qualis divulgados pela CAPES, com coautoria do Orientador e Docente(s) do Programa (obrigatório);

VIII - Produção de ao menos uma oficina de ensino e pesquisa para discentes do Programa (obrigatório);

IX - Comissões e grupos de trabalho do PPGCC, sempre que solicitado (obrigatório);

X - Sessões públicas de qualificação e defesa de Dissertação promovidas pelo PPGCC (obrigatório);

XI - Eventos internos do PPGCC: seminários, aulas inaugurais, palestras, entre outros, sempre que solicitado (obrigatório); e,

XII - Assembleias discentes, reuniões da linha e assembleias gerais do Programa, sempre que solicitado (obrigatório).

Parágrafo único: A não-participação nas atividades descritas neste artigo e a não entrega do Relatório Trimestral de Bolsista acarretará no cancelamento imediato e estorno da bolsa, assim como a reprovação em disciplina(s) em curso no período de vigência da bolsa.

Art. 11º. É obrigação do bolsista, na entrega do Relatório Final (Anual), comprovar o atendimento a todos os itens estabelecidos no Art. 10º.

Parágrafo único: O não atendimento a todos os itens estabelecidos no Art. 10º implica na não aprovação do Relatório Final (Anual) do Bolsista e a impossibilidade de participação em novo edital de seleção de bolsista para o recebimento de nova cota de bolsa.

Art. 12º. É obrigação do bolsista no agendamento da Defesa de Dissertação atender aos seguintes critérios:

I - O agendamento da Defesa de Dissertação fica condicionado à publicação de, pelo menos 1 (um), dos seguintes produtos:

a) Artigo em periódico com Qualis/CAPES, avaliado na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, listado no Qualis CAPES em estratos “A1 a A4” ou equivalente, em consonância com os documentos orientadores do Qualis divulgados pela CAPES, com coautoria do Orientador e Docente(s) do Programa; e,

b) Trabalho completo em anais de evento nacional ou internacional, reconhecido na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, com coautoria do Orientador e Docente(s) do Programa.



Parágrafo único: Para o agendamento da Defesa de Dissertação os estudantes bolsistas deverão entregar à secretaria do PPGCC formulário com a comprovação da publicação indicada e de que não possuem pendências nos relatórios trimestrais junto a Comissão de Bolsas, que emitirá, quando solicitado, declaração atestando tal situação.

Art. 13º. O Histórico Escolar dos acadêmicos bolsistas não poderá conter reprovações em nenhuma disciplina ou atividade no Curso, o que acarreta o cancelamento imediato da bolsa recebida.

Art. 14º. Os acadêmicos bolsistas deverão, obrigatoriamente, atualizar continuamente o seu currículo na Plataforma Lattes.

Seção II

Dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação

Art. 15º. Os acadêmicos bolsistas deverão apresentar Relatórios Trimestrais e Anual (Final) à Comissão de Bolsas do PPGCC, informando as atividades desenvolvidas, de acordo com o roteiro disponível no site do PPGCC.

§ 1º. O estudante bolsista deve entregar os relatórios trimestrais e anual (final) nos prazos estipulados pela Comissão de Bolsas, informados no edital específico de seleção em que participou, independente do período que recebeu a bolsa.

§ 2º. Juntamente com os relatórios trimestrais e anual deverá ser entregue a autodeclaração sobre a dedicação integral ao curso e não acúmulo de bolsas ou proventos previstos neste Ato Deliberativo.

§ 3º. Juntamente com o Relatório Anual (Final) deverá ser comprovado o atendimento a todos os itens estabelecidos no Art. 10º deste Ato Deliberativo.

§ 4º. Na entrega da versão final da dissertação o estudante bolsista deverá entregar o relatório do último período de recebimento da bolsa.

CAPÍTULO IV

DA DURAÇÃO, REVOGAÇÃO E CANCELAMENTO DA BOLSA

Seção I

Da Duração da Bolsa

Art. 16º. A bolsa poderá ser concedida pelo prazo de até 12 (doze) meses, sendo permitida a renovação anualmente, mediante aprovação do bolsista em novo processo seletivo destinado à concessão de bolsa(s) de estudo, regulado por meio de edital específico a ser divulgado pelo PPGCC a este fim, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados no referido processo de seleção e a disponibilidade de cotas de bolsa(s) existente(s).

§ 1º. Os prazos de vigência das bolsas concedidas observam as regulamentações específicas dos programas oficiais de bolsas concedidas ao PPGCC pelas agências de fomento, e o disposto neste Ato Deliberativo e em edital de seleção específico divulgado a este fim.

§ 2º. A vigência da bolsa respeitará o limite regular de duração do curso a partir de ingresso do mestrando, sendo este de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses para o mestrado, sem prorrogação.

§ 3º. É vedada a concessão de cota de bolsa de estudos a estudantes que solicitarem prorrogação de prazo, ultrapassando os 24 (vinte e quatro) meses para conclusão do mestrado.

§ 4º. Os limites fixados neste artigo são improrrogáveis.

Seção II

Da Revogação da Concessão

Art. 17º. A concessão de bolsa será revogada, com a consequente restituição de todos os valores de mensalidades e demais benefícios, nos seguintes casos:

I - Não observância aos dispositivos regulatórios do programa oficial da bolsa concedida;

II - Não observância aos dispositivos regulatórios do edital específico ao qual o bolsista foi aprovado, aceitou os termos de concessão e requisitos para manutenção da bolsa;

III - Não observância dos dispositivos regulatórios estabelecidos por este Ato Deliberativo;



IV - Não observância dos dispositivos regulatórios estabelecidos no Regulamento Interno do Programa;
V - Não observância dos dispositivos regulatórios estabelecidos no Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFSM;
VI - Se apurada a não dedicação integral (40 h/semanais) às atividades acadêmicas e de pesquisa exigidas pelo PPGCC;
VII - Se apurada omissão de percepção de remuneração, quando exigida;
VIII - Se apresentada declaração falsa da inexistência de apoio de qualquer natureza por outra agência; e,
IX - Se praticada qualquer fraude pelo bolsista, sem a qual a concessão não teria ocorrido.
Parágrafo único: A bolsa poderá ser revogada a qualquer tempo por infringência das normas ou mesmo dos dispositivos estabelecidos no Termo de Compromisso de Bolsa assinado, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, e impossibilitado de receber benefícios por parte da agência de fomento pelo período de até 5 (cinco) anos, contados do conhecimento do fato.

Seção III

Do Cancelamento da Bolsa

Art. 18º. O PPGCC poderá proceder, a qualquer tempo, o cancelamento da bolsa concedida, nos seguintes casos:
I - Inobservância às normas regulatórias estabelecidas neste Ato Deliberativo;
II - Por ocasião da defesa de dissertação;
III - Por ocasião do encerramento do prazo limite regular de duração do curso a partir de ingresso do mestrando, sendo este de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, sem prorrogação;
IV - Não atendimento aos requisitos de concessão de bolsa;
V - Avaliação de desempenho acadêmico do pós-graduando com parecer de não recomendação da manutenção da bolsa; e,
VI - Reprovação em uma disciplina do Programa.
§ 1º. A não conclusão do curso acarretará ao ex-bolsista a obrigação de restituir os valores despendidos com o benefício, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada, que o impeça de realizar as atividades acadêmicas.
§ 2º. A Comissão de Bolsas deverá fundamentar e se posicionar em parecer conclusivo, com decisão fundamentada, acerca de todas as situações de não conclusão de curso.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º. Esse Ato Deliberativo entra em vigor a partir da data da sua publicação, de acordo com as deliberações da Comissão de Bolsas, homologada pelo Colegiado do PPGCC, conforme registro na Ata de nº 002, de 18 de março de 2025.

Art. 20º. Os casos omissos a este Ato Deliberativo serão tratados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Art. 21º. Este Ato Deliberativo revoga as disposições em contrário relacionadas ao tema.

Documento aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em reunião colegiada realizada em 18 de março de 2025. Registro em Ata de nº 002/2025/PPGCC/UFSM.

Anexo I
Tabela de pontuação de “Curriculum Vitae” (modelo Lattes CNPq)

Nome do Candidato:

Linha de Pesquisa:

Item	Grupo 01: Formação Acadêmica e Experiência Profissional	Pontuação	Quantidade	Pontuação total
1	Graduação em Ciências Contábeis (concluída)	2,0 pontos		
2	Graduação em outras áreas (concluída)	1,0 ponto, máximo 1,0 ponto		
3	Especialização Lato Senso em Ciências Contábeis (concluída)	1,0 ponto, máximo 2,0 pontos		
4	Especialização Lato Senso em outras áreas (concluída)	0,5 ponto, máximo 1,0 ponto		
5	Docência em curso de Graduação ou pós-graduação (exceto tutoria)	0,25 pontos por disciplina por semestre, máximo 5,0 pontos		
6	Docência em cursos técnicos (exceto tutoria)	0,1 ponto por disciplina por semestre, máximo 1,0 ponto		
7	Experiência profissional não relacionada a atividades de docência no ensino de cursos técnicos, de graduação e/ou pós-graduação	0,5 pontos por ano completo de carteira assinada ou sócio de empresa ou como servidor público, máximo 1,00 ponto		
8	Participação em projeto de pesquisa como bolsista de iniciação científica (FIPE, PIBIC, PROBIC FAPERGS e outros programas institucionais formais de IC)	1,0 ponto por quota de bolsa, máximo 5,0 pontos		
9	Participação em grupo de pesquisa registrado no DGP/CNPq e certificado pela Instituição (participante deve constar no cadastro do grupo no DGP/CNPq)	0,5 pontos por ano completo, máximo 1,0 ponto		
10	Participação em grupo ou projeto de pesquisa como voluntário	0,1 ponto por ano completo, máximo 0,5 pontos		
TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 01				

Produção Científica referente ao período de xx de xxxxxxxx de xxxx (conforme estabelecido em Edital Específico) até a data da inscrição do candidato, conforme a classificação do Qualis adotada na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo para o Quadriênio de xxxx a xxxx (conforme estabelecido em Edital Específico). Publicações realizadas em periódicos não listados no Qualis CAPES informado no Edital Específico não serão consideradas nos estratos “A” e “B”, sendo classificadas como disposto no item “9” da Ficha de Avaliação (“C”). O candidato deve informar o ISSN dos periódicos e o ISBN dos livros e capítulos de livros. A não apresentação desta informação (ISSN/ISBN) implica na não homologação da produção indicada.

Item	Grupo 02: Produção Científica	Pontuação	ISSN dos periódicos, e ISBN dos livros e capítulos de livros	Quantidade	Pontuação total
1	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis A1 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.	20,0 por artigo			
2	Artigos publicados em revistas	15,0 por			

	acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis A2 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.	artigo			
3	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis A3 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.	10,0 por artigo			
4	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis A4 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.	5,0 por artigo			
5	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis B1 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (limite máximo de 2 trabalhos).	2,5 por artigo			
6	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis B2 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (limite máximo de 2 trabalhos).	2,0 por artigo			
7	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis B3 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (limite máximo de 2 trabalhos).	1,5 por artigo			
8	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis B4 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (limite máximo de 2 trabalhos).	1,0 por artigo			
9	Artigos publicados em revistas acadêmicas, artísticas, culturais ou científicas classificadas como Qualis C ou sem Qualis na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (limite máximo de 2 trabalhos).	0,5 por artigo			
10	Trabalhos completos publicados em anais de eventos nacionais na área ou patrocinados por sociedade científica nacional ou internacional. (limite máximo de	-1,0 por trabalho			



	10 trabalhos)				
11	Trabalhos resumidos ou resumos expandidos publicados em anais de eventos (limite máximo de 10 trabalhos).	0,1 por trabalho			
12	Autoria de Livros publicados em editora com Comitê Editorial (com registro de ISBN) (limite máximo de 2 livros).	2,0 por livro			
13	Capítulos e organização de livros publicados em editora com Comitê Editorial (com registro de ISBN), não podendo ultrapassar o escore de 2 (limite máximo de 4 capítulos).	0,5 por item			
TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 02					

TOTAL GERAL DE PONTOS (SOMA DO TOTAL DE PONTOS DOS GRUPOS 01 e 02): _____

Assinatura do Candidato (Obrigatória)

Documento aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em reunião colegiada realizada em 18 de março de 2025. Registro em Ata de nº 002/2025/PPGCC/UFSM.